



**MEDICAMENTO NÃO É BRINQUEDO: MOMENTO DE  
EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA PROBLEMATIZAR O  
IMPACTO DA MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA**

Silveira, Taíse F.<sup>1,3</sup> (PG); Ries, Edi F.<sup>2</sup>(O); Durigon, Viviane<sup>3</sup>(ET), Vieira, Mireila O<sup>3</sup>(ET)

*<sup>1</sup>Mestrado Profissional em Ciências da Saúde; <sup>2</sup>Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Maria; <sup>3</sup>Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul*

O fenômeno da medicalização pode ser entendido como o processo que transforma questões coletivas em individuais, questões não médicas em problemas médicos, problemas sociais e políticos em problemas biológicos. A educação têm sido alvo deste fenômeno, o aluno que apresenta comportamento desviante é muitas vezes encaminhado ao serviço médico, tratando o não aprendizado como uma falha do sujeito. Esse processo faz crescer a demanda por diagnósticos e uso de medicamentos, responsabilizando apenas crianças e adolescentes em idade escolar por suas dificuldades, não se levando em conta aspectos sociais e de metodologia de ensino. O objetivo desse trabalho é relatar o momento de educação permanente promovido pela 8ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul no IV Ciclo de Palestras sobre Uso Racional de Medicamentos e I Encontro Regional de Saúde Mental: “Medicamento não é Brinquedo! Impacto da medicalização da infância na saúde e na escola”. O evento ocorreu no dia 29 de maio de 2019 em Cachoeira do sul, tendo como público-alvo profissionais e gestores da saúde, educação, assistência social e ministério público, em total estimado de 150 pessoas. A programação trouxe painéis e mesa redonda que trataram sobre a saúde mental na infância, o impacto do uso de psicofármacos e a rede de apoio às famílias, contando com a fala de profissionais da psicologia, farmácia, psiquiatria, psicopedagogia e assistência social. Foram reunidas 128 pessoas de diferentes municípios. Foi uma oportunidade de problematizar a patologização da educação, abordando questões sobre os efeitos positivos e negativos do uso dos psicofármacos na infância, os psicofármacos mais utilizados nesta faixa etária e as expectativas das pessoas com relação ao medicamento e como promover o uso racional desses medicamentos. Também discutiu-se sobre o uso de metilfenidato como forma de “contenção” e “potencialização de resultados” e sobre a racionalização do acesso no RS através de Protocolo Clínico. Tratou-se sobre intervenções pedagógicas possíveis frente aos casos de crianças com algum problema comportamental na escola, enfatizando as possibilidades e limites de atuação da instituição escolar e trazendo orientações sobre encaminhamento para desenvolver um cuidado articulado com a rede. Além disso, trouxe para discussão os determinantes familiares no processo de saúde e doença mental na infância, formas de intervir com a família para potencializar o desenvolvimento da criança e como atuar frente aos casos onde a família não tem condições de ofertar um cuidado adequado. O público interagiu com relatos e demonstrou a necessidade de transformação nas formas de abordagem. Foi possível compreender que a intervenção medicamentosa é uma ferramenta importante em alguns casos, entretanto, banalizar o uso do medicamento não é um meio para resolução de problemas de diversas origens. É preciso evitar rótulos e diagnósticos que muitas vezes são mais limitadores do que potencializadores. Os profissionais da rede precisam estar atentos aos diversos aspectos do desenvolvimento infantil e atuar de forma articulada. Esse momento de educação permanente proporcionou reflexões, troca de experiências e articulação intersetorial, remetendo a integralidade do cuidado e formas de promover o uso racional de psicofármacos na infância.